

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 68 / XV / 2.^a SL

Aos oito dias do mês de novembro de 2023, pelas catorze horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala n.º 7 do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que se anexa e que faz parte integrante da presente ata, com a seguinte,

Ordem de Trabalhos

§ Único: Audiência com o Conselho Permanente do Conselho das Comunidades Portuguesas.

Estiveram presentes os Deputados:

- Paulo Pisco (PS),
- Tiago Moreira De Sá (PSD),
- Diogo Pacheco De Amorim (CH), Presidente da Mesa;
- Rodrigo Saraiva (IL)
- Bruno Dias (PCP)
- Edite Estrela (PS)
- Luís Capoulas Santos (PS)
- Romualda Nunes Fernandes (PS)

Iniciada a sessão, no formato de Mesa e Coordenadores, dirigida pelo Presidente da Mesa, Deputado Diogo Pacheco de Amorim (CH), começou este por dar as boas vindas ao Conselho Permanente do Conselho das Comunidades Portuguesas (CPCCP), tendo de seguida explicado a metodologia a adotar para a reunião.

Concedida a palavra ao Presidente do CPCCP, Flávio Martins, este começou por agradecer a disponibilidade dos Deputados presentes. Informou que o CPCCP estava em processo eleitoral. Informou que nem todos os conselheiros se iriam candidatar a um novo mandato, não o renovando. O CPCCP seria, assim, renovado.



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 68 / XV / 2.ª SL

O assunto da audição prendia-se com o orçamento de estado, estando de acordo com as propostas de insenção de propinas para os estudantes descendentes de portugueses, à semelhança do que já acontece com os descendentes nascidos na Venezuela e África do Sul. Congratulou o incremento da verba alocada ao associativismo. Congratulou o incremento ao orçamento do CPCCP. Identificou que há um elevado número de portugueses residentes no estrangeiro que não estão recenseadas. De seguida entrevistaram três conselheiros que não irão renovar o seu mandato, tendo estes feito uma súmula do seu percurso no CPCCP.

Seguidamente, entrevistaram os seguintes Deputados:

Diogo Pacheco de Amorim (CH), para agradecer, em nome da Comissão, o trabalho e dedicação dos conselheiros que não irão renovar o mandato.

Paulo Pisco (PS), para agradecer o trabalho e dedicação dos conselheiros que não irão renovar o mandato e reforçar a dedicação dos que renovam. A dispersão de portugueses pelo mundo justifica a existência do CCP. Referiu que, na sequência da aprovação da alteração à lei, existe um crescente de interesse e aumento de candidaturas ao CPCCP. Esta alteração à lei, é uma alteração que acrescenta. Não retira nada. Congratulou o incremento do orçamento do CPCCP, que identificou como “o maior de sempre”. Congratou outras melhorias que considerou de fundamentais.

Tiago Moreira de Sá (PSD), salientou que a alteração à lei foi uma oportunidade perdida. Seria necessário dotar o CCP de mais autonomia, nomeadamente de staff de apoio, orçamento superior. Referiu que seria importante identificar de que forma o governo se pretende relacionar com o CCP e que esta relação não pode ser de dependência. Referiu-se à proposta do PSD relativamente ao projeto piloto de voto eletrónico. Realçou a importância de dotar as comunidades portuguesas de modos de votação que permitam a sua representação.



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 68 / XV / 2.^a SL

Diogo Pacheco de Amorim (CH), salientou que a nova lei não tirou nada à lei antiga porque não haveria nada a retirar. Em sentido oposto, haveria a acrescentar e o que foi acrescentado foi muito pouco, considerou. Considerou que Portugal é uma nação de 15 milhões de portugueses, incluindo os emigrantes portugueses e que é relevante criar condições para que esses emigrantes se sintam parte da nação. Neste sentido, identificou que existem demasiados problemas que o permitam, nomeadamente, na renovação de documentos, entre outros.

Rodrigo Saraiva (IL), manifestou que a nova lei do CCP foi uma oportunidade perdida. Referiu que o Ministério dos Negócios Estrangeiros tem o segundo menor orçamento do governo, dificultando diversas ações. Manifestou apoio à insenção de propinas aos descendentes de portugueses cuja língua materna é o português.

Bruno Dias (PCP), para apresentar uma saudação calorosa aos conselheiros, com particular incidência ao conselheiro Amadeu Batel. Agradeceu a aprendizagem e apoio do CCP. Identificou o que considerou serem diversas lacunas na lei anterior e na nova. Infomou que foi o PCP que introduziu o CCP no debate do orçamento de estado, bem como do tema da insenção de propinas no ensino de português. Mantém a proposta de insenção de propinas e incremento no orçamento de apoio associativismo.

Devolvida a palavra ao Presidente do CPCCP, Flávio Martins, este agradeceu o apoio dos conselheiros que não irão renovar os mandatos. O CPCCP trabalhou sempre em unidade e no âmbito do que considerava de melhor para as comunidades portuguesas no estrangeiro. Reconheceu que o orçamento do CPCCP quadriplicou nos últimos oito anos.



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

**ATA NÚMERO
68 / XV / 2.^a SL**

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa deu a reunião por encerrada pelas quinze horas e trinta cinco minutos, dela se tendo lavrado a presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Encontra-se disponível [o registo áudio](#) da reunião, o qual constitui parte integrante da presente ata.

Palácio de São Bento, 8 de novembro de 2023.

O PRESIDENTE DA MESA

(Paulo Pisco)

Ata aprovada em reunião da Comissão, em 7 de dezembro de 2023